

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Ana Beatriz Coelho da Cunha

**CORRELAÇÕES DE PODER DAS FAVELAS
CARIOCAS AOS FEUDOS DA EUROPA MEDIEVAL:
Trazendo a Geografia para a realidade do aluno**

Rio de Janeiro

2021



Ana Beatriz Coelho da Cunha

**CORRELAÇÕES DE PODER DAS FAVELAS CARIOCAS AOS FEUDOS DA
EUROPA MEDIEVAL: Trazendo a Geografia para a realidade do aluno**

Artigo de Especialização apresentada ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Orientadora: Profa. Ma. Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz

Rio de Janeiro
2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

C972 Cunha, Ana Beatriz Coelho da

Correlações de poder das favelas cariocas aos feudos da Europa Medieval: trazendo a geografia para a realidade do aluno / Ana Beatriz Coelho da Cunha. - Rio de Janeiro, 2021.

17 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientadora: Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Território. 3. Poder. 4. Favelas. 5. Feudalismo. I. Thomaz, Zélia Aurea Silva de Azevedo. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Ana Beatriz Coelho da Cunha

**CORRELAÇÕES DE PODER DAS FAVELAS CARIOCAS AOS FEUDOS DA
EUROPA MEDIEVAL: Trazendo a Geografia para a realidade do aluno**

Artigo de Especialização apresentada ao Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar.

Aprovado em 28/09/2021.

Banca Examinadora:

Ma. Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz (Orientadora)
Colégio Pedro II (Dpto de Geografia)

Me. Pedro Bernardes Pinheiro
Colégio Pedro II (TPGE - Dpto de Geografia)

Dra. Renata Augusta dos Santos Silva
Colégio Pedro II (Dpto de História)

Rio de Janeiro
2021

AGRADECIMENTOS

Concluir mais esse ciclo na minha vida foi algo bastante complexo. Quantas vezes eu quis desistir, mas Deus segurou-me pelas mãos e me ajudou a continuar caminhando, por caminhos pedregosos eu continuei e consegui. Agradeço imensamente aos amigos espirituais que me ajudaram até aqui. Minha família me incentivou até o final. Meu companheiro Victor que fez tudo o que estava a seu alcance para me proporcionar sossego para escrever o trabalho.

Aos amigos da turma da Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar por momentos de aprendizado e apoio mútuo. Ao corpo docente do Colégio Pedro II, pelo apoio acadêmico. A minha Orientadora Zélia Aurea que desde o início esteve disponível para orientação.

RESUMO

CUNHA, Ana Beatriz Coelho da. Correlações de poder das favelas cariocas aos feudos da Europa Medieval: Trazendo a Geografia para a realidade do aluno, 2021. Monografia (Especialização) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Programa de Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, Rio de Janeiro, 2021.

Essa pesquisa consiste em analisar e correlacionar o conceito de poder e consequentemente o conceito de território, exercido nas favelas, com o que ocorria nos feudos da Europa Medieval propondo uma atividade pedagógica. Para essa proposta, privilegiará alguns enfoques, tais como: (1) o controle econômico – a cobrança de tarifas de serviços e comércios exercido nas favelas; (2) o controle político, a partir do apoio da associação de moradores e entes públicos; (3) o controle social, por meio das regras e costumes; (4) o controle de cunho religioso, com a proibição de alguns cultos, sobretudo provenientes de religiões de matrizes africanas por grupos paramilitares. A partir dessa ótica, tenta-se colocar o ensino-aprendizagem da geografia escolar mais próximo da realidade do aluno, contribuindo assim para uma educação emancipadora. Como aporte teórico para o presente artigo, trabalharemos com o conceito de poder por Michel Foucault (1998), conceito de território por Rogério Haesbaert (2014), análise da geografia escolar por Ana Monteiro (2001), lugar de fala por Djamila Ribeiro (2017), cidades feudais por Le Goff (2007), e a correlação com as cidades contemporâneas por Maria Spósito (1988). Trata-se, portanto, de uma pesquisa cuja metodologia é de cunho exploratório, portanto a construção desse artigo envolve levantamento bibliográfico, análise dos documentos norteadores supramencionados e demais exemplos que estimulam a compreensão do tema.

PALAVRAS-CHAVE:

Território, Poder, Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Tendo como foco o ensino de Geografia a partir de uma abordagem crítica, o ensino da Geografia Urbana, sobretudo das favelas, necessita de certa atenção dos docentes. Por tal temática ser consagradamente, carregada de estigmas negativos, seja sobre a simbologia do lugar, seja colocando a favela como reduto da pobreza, da falta de qualidade de vida, da ausência do poder público e do Estado, com constantes associação ao tráfico de drogas como sendo um dos únicos, senão a mais importante economia das comunidades, dentre outros estigmas, oculta-se muitas vezes os agentes e dinâmicas que [co]formatam o território e a territorialidade.

Os traficantes de drogas e/ou milicianos que detém o controle das favelas cariocas acabam por manter o controle de todo o território, utilizando de uma estratégia diversificada, a partir do controle de uma gama de serviços ali distribuídos, ou seja, exercendo autoridade em relação à distribuição de internet, tv por assinatura, gás, água, associação de moradores, construção de moradias, materiais para construção, perseguição a líderes e praticantes de religiões de matrizes africanas, taxas cobradas aos comerciantes, dentre outros., ou seja, caracterizam-se como espaços que são territórios controlados por facções criminosas, as quais detém o poder político, social, econômico e muitas vezes até religioso.

O medo, a falta de entendimento das complexidades desses territórios e o silêncio imposto, são alguns fatores que contribuem para a ausência ou escassez de conhecimento das realidades, dificuldades, complexidades e problemáticas que os territórios de favelas possuem. Poder falar sobre este tema, torna-se necessário para que os indivíduos possam compreender teoricamente as mazelas sociais que esta população invisibilizada sofre cotidianamente nesses redutos de opressão.

O objetivo geral desta pesquisa é relacionar as cidades feudais com as favelas cariocas, por entender que ambas são permeadas de relações de poder, propondo

posteriormente uma atividade pedagógica a ser executada no 2º ano do Ensino Médio. Os objetivos secundários são: (1) Analisar o conceito de poder soberano e território; (2) Abordar a importância do saber docente e do *lugar de fala* para a prática escolar; (3) Propor atividades para que o aluno consiga correlacionar o conceito de poder do senhor feudal medieval com o senhor feudal carioca assim como suas consequências no território. O intuito é de facilitar a compreensão dos alunos da temática por meio da aproximação com a realidade, uma vez que, quem não vive em áreas de favelas, assiste através das mídias o que ocorre de forma estigmatizada.

Para esta pesquisa, faz-se necessário ter como base de análise e comparação a Europa na Idade Média, onde os senhores dos feudos possuíam poder crucial nesses locais, poderes até de vida e morte, além dos econômicos, políticos e sociais. O objetivo é criar um paralelo em relação ao que acontece nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro, onde os donos de morro ditam quais são as regras nestes locais. Raciocinar geograficamente sobre os territórios das favelas significa pensar espacialmente a mesma, desenvolvendo assim, o raciocínio geográfico. O desenvolvimento intelectual do aluno no processo de ensino-aprendizagem deste tema necessita de aspectos fundamentais da realidade da sociedade em que o mesmo está inserido, como por exemplo, a localização, o ordenamento territorial e as ações antrópicas.

Na primeira parte deste artigo, “O conceito de poder soberano e território como ferramentas para análise das favelas cariocas” pretende-se analisar o conceito de poder e seus desdobramentos geográficos, históricos, sociais e políticos utilizando das contribuições de Michel Foucault (1998) e Rogério Haesbaert (2014).

Na segunda parte, “Importância da apropriação temática pelo corpo docente e discente”, objetiva-se enfatizar a importância do saber e papel docente a partir da contribuição de Ana Monteiro (2001), trazendo também o aporte de Djamila Ribeiro (2017) por meio da categoria de *lugar de fala*, por refutar a historiografia tradicional e que por meio da fala se grupos subalternizados é possível ressignificar as geografias imaginativas da favela.

Na terceira parte, “Proposta de atividade: identificando e analisando semelhanças e diferenças entre as cidades medievais e as favelas cariocas”, pretende-se propor, a partir de referências bibliográficas e matérias jornalísticas, uma atividade que contemple as

características das favelas e os donos de morros relacionando aos feudos e os senhores feudais. Para isso é profícua a contribuição de Le Goff (2007) na análise das cidades feudais e a urbanização pré-capitalista até as favelas contemporâneas a partir da contribuição de Maria Encarnação Spósito (1988).

É necessário deixar claro que dada a complexidade temática, tal trabalho não pretende esgotar tal análise e sim apresentar possibilidades de ensino-aprendizagem nos estudos das favelas cariocas evidenciando os agentes e práticas que perpetuam o poder nessas comunidades, territorializando esses espaços e monopolizando o poder em uma sofisticada gama de estratégias, tal qual, respeitando o tempo e espaço distintos, ocorria nas cidades feudais.

1. O CONCEITO DE PODER SOBERANO E TERRITÓRIO COMO FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DAS FAVELAS CARIOCAS

Em seu livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault (1998) coloca o poder não como uma coisa ou algo. O poder não estaria restrito às instituições jurídicas, políticas e econômicas. O poder, segundo o autor, pode ser exercido por todos os indivíduos que detêm uma posição de destaque. Esse poder cria saberes e conseqüentemente verdades. As relações de poder são legitimadas através da constituição de uma identidade do indivíduo a partir das suas características, sendo este indivíduo resultado da relação de poder demonstrada sobre seu corpo, seu cotidiano, suas vontades ou força por exemplo. Os indivíduos de alguma forma seriam titulares de poder (FOUCAULT, 1998), entendendo o poder como uma ferramenta secundária de manutenção da economia, através da reprodução dos laços necessários para a manutenção desta.

De acordo com Foucault no que tange as relações entre o poder e o saber, podemos compreender que, o poder está baseado em verdades que legitimam a partir de um conjunto de normas, os procedimentos para a concretização do sistema de poder. As relações de poder constroem discursos temporais que legitimam e reproduzem os efeitos deste poder. Contribuindo assim, para uma “consciência coletiva” dos processos de formação e de difusão do saber, gerando uma consciência individual temporal.

“Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso” (FOUCAULT, 1998, p. 158)

Ainda segundo Foucault (1998, p. 157), “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”. Segundo o autor, o discurso é a base para o exercício do poder em suas múltiplas relações de funcionamento, circulação e produção. O discurso de poder gera verdades que são responsáveis pelo funcionamento de territórios.

Foucault destaca três tipologias do poder, sendo eles: o soberano, disciplinar e o de segurança. O soberano, já analisado anteriormente, dominou durante a Idade Média como um poder jurídico-político. Já o poder disciplinar foi oriundo das sociedades modernas, enquanto o poder de segurança é característico das sociedades contemporâneas.

Neste trabalho, daremos ênfase à tipologia do poder soberano (poder exercido nas cidades feudais) e do poder de segurança, por entender que este é exercido nas favelas. O que difere neste contexto são as técnicas, as quais vão manter dominantes os mecanismos jurídicos-legais que mantêm o sistema de poder. Seja nos feudos medievais ou nas favelas cariocas, as técnicas de poder são diferenciadas, mas a manutenção do poder mantém os mecanismos disciplinares de segurança.

Na Idade Média, o foco da visibilidade era o soberano, o que nomeia a primeira categorização de poder por Foucault. A obediência exercida era negativa, ou seja, importância ao “não deve”, com punições impostas ao povo, em uma dicotomia do corpo do rei versus os que sofrem a ação do seu poder. A tributação era uma das formas de arrecadação assim como a apropriação e expiação de bens e riquezas produzidas com controle do indivíduo-sociedade.

Rogério Haesbaert, em seu livro “Viver no Limite” (2014), também se inspira nos três agrupamentos de poder de Foucault para refletir sobre o conceito de território, meio e espaço. Segundo Haesbaert, vivemos atualmente o controle de ‘massa’, indo muito além do controle de ‘corpos individualizados’, caminhando para um controle disciplinar social. Para o autor, ocorre a existência do ‘território de soberania’, ou seja, um território controlado por mecanismos de poder que disciplinam os indivíduos habitantes destes lugares. O entendimento do conceito de espaço será como espaço disciplinar, ao qual é um espaço funcional reclusivo para a produção dos indivíduos modernos. Por último, o conceito de meio é entendido como o espaço de circulação onde os mecanismos de poder são postos em práticas sobre os indivíduos disciplinados.

O conceito de desterritorialização está associado aos processos de exclusão social da sociedade capitalista, a qual cria uma massa de indivíduos excluídos do sistema produtivo, seja pela ocupação desses espaços de exclusão social, seja pela mobilidade urbana, muitas vezes precarizada. A fragilização territorial acarretada pela segregação socioespacial desenvolve indivíduos sociais sem controle político e econômico desses espaços segregados. O conceito de massa marginal é utilizado na problemática da precarização socioterritorial no campo social, econômico e político (HAESBAERT, 2014).

Para o geógrafo, o espaço favelado é o território-rede, no qual vivem indivíduos com condições econômicas, sociais e políticas de precariedade, sendo essas condições, por exemplo, a participação social política, a necessidade de assistencialismo e a falta e/ou carência de empregos formais. De uma perspectiva mais ampla na dimensão espacial e/ou geográfica, podemos também utilizar o termo aglomerados humanos de exclusão para definir a precarização socioespacial que esses indivíduos são expostos, como resultado da crescente exclusão social que enfrentam.

Segundo Haesbaert (2014) podemos caracterizar os aglomerados humanos de exclusão a partir da instabilidade e insegurança que são baseadas na “confusa condição territorial” (2014, p.190). É nesse cenário que as facções criminosas e/ou milicianos controlam esses territórios, promovendo insegurança e conflitos pelo poder destes espaços favelados tendo também como agente a polícia, que também disputa o controle do poder nesses territórios.

Percebe-se que a partir do conceito de poder soberano proposto por Foucault, é possível traçar uma linha espaço-temporal da permutação do território e das formas de controle exercidas em tal escala. O poder que poderia ser exercido por qualquer “indivíduo que detém posição de destaque”, ou seja, que representava o rei na Idade Média, ganha contorno do traficante/milícia na favela. Esse poder valida um conjunto de normas, normas diferenciadas que as favelas também possuem, pois o poder ali exercido também é específico.

De forma análoga, ainda é possível observar que tal qual na Idade Média, ainda existem “punições expostas ao povo” àqueles que não obedecem ao “soberano” nas comunidades cariocas, assim como a tributação por meio do recolhimento de taxas ou controle de monopólio de bens e serviços em algumas favelas são os meios para financiamento e perpetuação de tal poder. O controle contemporâneo é o disciplinar social pois disciplina os habitantes desses territórios que compõem o que é chamado de aglomerado humano de exclusão.

Roubos, estupros, brigas, geralmente não são permitidos nesses territórios de exclusão e são reprimidos através de homicídios, punições como tiro na mão e/ou espancamentos públicos, pois o objetivo é desses acontecimentos servirem de exemplos para todos. O que se toma conhecimento a partir da mídia e do poder público, não contempla a totalidade de violações de direitos humanos, mazelas que se tornaram cotidianas nesses territórios.

2. IMPORTÂNCIA DA APROPRIAÇÃO TEMÁTICA PELO CORPO DOCENTE E DISCENTE

De acordo com Ana Monteiro (2001), é pouco estudada a relação dos professores com os saberes que os mesmos ensinam. Entende-se a atividade docente como formadora e construtora de conhecimento a partir da subjetividade do professor como agente educativo, indo à contraposição ao senso comum. Este, não prioriza os estudos culturais e sociológicos de formação social e cultural do currículo, como ferramenta criada pela sociedade em um espaço-tempo específico.

Monteiro (2001) critica o fato do saber não ser posto em análise, ou seja, independente do modelo de aprendizagem sendo ele tradicional ou não, o saber é apropriado como “um conhecimento universal que está posto, nos currículos ou livros didáticos, para ser ensinado” (MONTEIRO, p.122, 2001). Portanto, como esforço de abarcar as relações dos professores com os saberes ensinados, houve um movimento nos últimos anos de pesquisadores na área da educação de criar a categoria de saber docente, com o intuito de estudar com um novo olhar as complexidades vigentes no processo norteador das práticas escolares.

Entende-se que o professor como agente formador de saber e/ou como mediador do saber, necessita dominar os conteúdos apropriados, para tanto, é relevante “ir além do seu conhecimento, tornando necessário o desenvolvimento do que ele chama ‘competência de natureza epistemológica’” (MONTEIRO, 2001, p. 123).

A autora entende como conhecimento escolar o processo de criação de um saber próprio com embasamento científico e pautado no processo educativo, tendo como foco, por exemplo, a transposição didática e o conhecimento cotidiano.

O saber docente e os saberes ensinados são extremamente relevantes para o processo de ensino aprendizagem. Trazendo para o atual trabalho, a atividade educativa na temática das favelas terá um encadeamento educativo mais satisfatório, se o docente possuir um arcabouço teórico e de relações sociais que consiga abarcar os aspectos relevantes à temática. Para tanto:

“A relação dos professores com os saberes que ensinam, constituinte essencial da atividade docente é fundamental para a configuração da identidade profissional, tem merecido pouca atenção de pesquisadores em educação voltados para outros aspectos igualmente importantes da atividade educativa, tais como as questões relacionadas à aprendizagem, aos aspectos culturais, sociais e políticos envolvidos.”
(MONTEIRO, 2001, p .121)

O conteúdo sobre as favelas surge como conteúdo a ser apropriado pelo docente. Para este entendimento, o docente de geografia necessita ir além do conteúdo muitas vezes exposto no livro didático, desenvolvendo assim, a competência de natureza epistemológica

(MONTEIRO, 2001).

Entende-se o conhecimento escolar como um objeto complexo constituído pela relação do conhecimento cotidiano e do conhecimento científico. O que faz do conhecimento escolar um objeto complexo é sua própria constituição, ou seja, o mesmo é formado por saberes contrários que proporcionam uma lógica própria de incertezas recorrentes a este saber. O conhecimento escolar é resultado da dicotomia entre cultura científica e cultura escolar, sendo o espaço da escola, um lugar de conflitos com configurações próprias que cria, repele e aprimora as disciplinas científicas para a realidade da escola (VILELA, 2016).

Nesse sentido, no conteúdo de urbanização brasileira percebe-se que a problemática das favelas brasileiras ganha pouco fôlego nos livros didáticos e materiais pedagógicos de maneira geral. Partindo deste problema da Geografia escolar, a pesquisa visa dar visibilidade a este tema que norteia não só a vida das pessoas que moram em favelas, mas, da cidade de forma geral, pois o processo de favelização, tráfico de drogas, “ausência” do poder público nessa áreas, falta de saneamento básico, reduzida qualidade de vida, entre outros problemas acarretados por essa lógica habitacional, afetam a Cidade do Rio de Janeiro como um todo.

Para entendermos o papel do docente de Geografia ao trabalhar com a temática das favelas, é profícua a abordagem a partir das considerações de Djamila Ribeiro (2017) e sua contribuição a partir da categorização do lugar de fala que pode ser apropriado tanto pelo professor em seu discurso quanto pelo aluno na sua aprendizagem.

Apropriando-se de Foucault, Ribeiro traz na categoria de discurso a necessidade de “não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2017, p. 32). Considera-se que o discurso [re]produzido a partir do imaginário social sobre as favelas também é uma forma de poder e controle sobre tais territórios.

A partir das considerações da *feminist stand point*, Ribeiro analisa o lugar de fala,¹ esclarecendo que:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos

de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (RIBEIRO, 2017, p. 37).

É profícua a contribuição do *lugar de fala* não só como forma de refutar a historiografia tradicional, como também nos estudos geográficos, nesse caso, refletindo sobre o *lugar de fala* do favelado, ou seja, considerando não um indivíduo, mas percebendo o favelado como um grupo social que fala a partir de um lugar menos privilegiado, indivíduos que compartilham a mesma experiência nas relações de poder, sendo essas experiências o que a Geografia Escolar pode abordar: (1) o controle econômico – a cobrança de tarifas de serviços e comércios exercidos nas favelas; (2) o controle político, a partir do apoio da associação de moradores e entes públicos; (3) o controle social, por meio das regras e costumes; (4) o controle de cunho religioso, com a proibição de alguns cultos, sobretudo provenientes de religiões de matrizes africanas por grupos paramilitares. Será a partir dessas considerações que dar-se-á a proposição de atividade correlacionando o poder e o território existente na Idade Média com aqueles encontrados a partir da realidade das favelas cariocas.¹

Cabe observar que a escola é um espaço plural, ou seja, é possível encontrar docentes e discentes com e sem privilégios, docentes e discentes moradores ou não das favelas e que por meio da valorização do lugar de fala de grupos subalternizados é possível ressignificar as geografias imaginativas de territórios conflagrados.

3. PROPOSTA DE ATIVIDADE: IDENTIFICANDO E ANALISANDO SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS CIDADES MEDIEVAIS E AS FAVELAS CARIOCAS

¹ “Quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. [...] Segundo Patricia Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos” (RIBEIRO, 2017, p. 35)

O objetivo dessa terceira parte é propor uma atividade pedagógica que ressalte o controle econômico, político, social e religioso que ocorre nas favelas para o 2º ano do Ensino Médio. Como será também trabalhada a temática da Idade Média, espera-se que o aluno já tenha esse conhecimento, visto que o mesmo é abordado no primeiro ano do ensino médio na disciplina de História.

Para despertar o interesse dos alunos sobre a temática, sugere-se a utilização do Rap da Felicidade, por ser um elemento lúdico cujo refrão é bem conhecido e a letra emblemática.²

O objetivo deste trabalho é de enfatizar aos alunos, que esses espaços existem e são repletos de complexidades, espaços, lugares, territórios, histórias e problemáticas, sociais, econômicas e políticas, como a segregação socioespacial, o baixo nível de escolaridade de alguns indivíduos desses territórios, e o poder, poder esse que oprime e exclui..

Posteriormente a música e um diálogo com a turma sobre o entendimento de cada um, pode-se traçar as seguintes perguntas: (1) Por que mesmo fazendo parte da mesma sociedade, os territórios das favelas cariocas possuem ‘regras’ que são formuladas por quem detém o poder daqueles espaços?; (2) O que acontece nas favelas que a mídia tradicional não noticia?; (3) O que interessa à Geografia?

Em seguida, com a contribuição de um professor de História, pode-se trazer a contribuição da temática sobre a Europa Medieval a partir da leitura de Le Goff (2007). Segundo o autor, tem-se uma Europa Feudal caracteristicamente rural, com base na agricultura do cereal, do vinho e da cerveja. Os progressos técnicos marcam o trabalho dos homens em relação à preparação do solo e a substituição da madeira pelo ferro. Uma inovação muito importante para o meio agrário é a introdução do sistema de rotação de culturas que proporciona duas colheitas por ano.

Podemos compreender também como herança, os ensinamentos bíblicos cristãos presentes na época. A bíblia era a base para as regras e costumes. Esta sociedade considerava que Deus transmitiu todo o conhecimento do saber e que o mesmo estaria “documentado” na bíblia.

A reestruturação social e política no espaço da Europa Feudal está baseada no conjunto do território do castelo. Esse conjunto é formado por três elementos, sendo eles: “(...) o senhorio, a aldeia e a paróquia. O senhorio designa o território dominado pelo castelo e engloba as terras e os camponeses que têm o seu senhor.(...)” (LE GOFF, 2007, p.78). Sendo assim, entende-se que, as terras, os homens e as rendas, a exploração e produção das terras e dos camponeses, são do senhorio, além do conjunto de direitos que afirmam e enfatizam o poder do Senhor perante o território do feudo.

Em relação aos três elementos do território do castelo, temos a aldeia que para Le Goff (2007) é entendida como o grupamento dos camponeses. A paróquia que é o centro da aldeia definindo um conjunto de fiéis sob a autoridade de um padre. O senhorio possui alguns tipos sociais, um deles é representado pela nobreza a qual mantém sua posição essencialmente pelo sangue, ou seja, é passado o título de nobreza na família. A religião cristã, assim como o comportamento social reafirmam o poder da nobreza. Outro tipo social é o cavaleiro, o qual, está abaixo da nobreza. O cavaleiro é “(...)”, uma elite de combatentes especializados no combate a cavalo e dedicando-se, ao lado dos verdadeiros combates ao serviço do seu senhor, (...)” Por volta do século XII, a Igreja consegue utilizar a cavalaria a seu favor, tornando o cavaleiro um representante da sua vontade. ²

Segundo Le Goff (2007), a sociedade feudal do século XII é controlada pelo rei, o qual é a imagem de Deus, mas nos feudos, o exercício do poder era executado pelo senhor feudal. O mesmo tinha o poder de fazer justiça e de cobrar impostos. Os reis medievais são trifuncionais, ou ³seja, possuem a função religiosa, pois são a imagem de Deus, militar por ser nobre e cavaleiro e econômica, pois ele é responsável pelo desenvolvimento de seu reino. Este rei possui o poder do saber e da cultura, da justiça e da paz.

De acordo com Haesbaert (2014), podemos entender que as favelas são

² Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rap-brasil/564946/>. Acesso em 14/09/2021

³“ A milícia é a primeira prefeita do Rio de Janeiro”. MidiaNinja. Disponível em: <https://midianinja.org/taimadepaula1/a-milicia-e-a-primeira-prefeita-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 14/09/2021.

Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-27/a-ascensao-do-narcopentecostalismo-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 14/09/2021.

microterritórios, com indivíduos disciplinados a seguirem as regras impostas pelo tráfico de drogas e os feudos medievais também pois possuem regras sociais e políticas que são controladas e/ou ditadas pelo senhor feudal detentor das terras e da produção.

Faz-se necessário compreender que a cidade contemporânea é o resultado cumulativo de todas as cidades de antes, ou seja, “transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPÓSITO, 1988, p. 6).

Com o objetivo de mostrar o poder/centralização econômica ocorrida tanto nas cidades feudais, Spósito (1988) sintetiza que:

A relação de dominação criada entre aldeões e caçador-chefe político-rei, criou condições para uma relação de exploração. Os tributos tão característicos da vida urbana provavelmente originaram-se no respeito ao "caçador" traduzidos nas oferendas ao rei. As oferendas, e depois o pagamento sistematizado de tributos, nada mais eram do que a realização concreta da transferência do excedente agrícola, do mais-produto, revelando a referida participação diferenciada dos homens no processo de produção, distribuirão e apropriação da riqueza. Ai se originou a sociedade de classes, e se concretizou a última condição necessária e indispensável à própria origem da cidade (SPÓSITO, 1988, p. 12).

Indica-se como continuidade de atividade, após o Rap da Felicidade, trabalhar tanto com Le Goff (2007) quanto com Spósito (1988) com os alunos, solicitando que eles tragam para a sala de aula algumas matérias jornalísticas que tratam da centralidade econômica tendo como exemplo a cobrança de taxas e serviços monopolizados por facções criminosas nas favelas. O professor também poderá contribuir com alguns exemplos, optando por matérias ³ mais críticas e mídia alternativa, preferencialmente escritas por pessoas a partir de um lugar de fala de quem vive tal situação.

Ressaltando a relação promíscua entre a centralidade poder decisório exercido por milicianos/traficantes sobre religiões que são permitidas ou não nas favelas, indica-se a leitura de “A ascensão do narcopentecostalismo no Rio de Janeiro”. É possível pedir aos alunos que ⁴ procurem por matérias relatando templos de candomblé e/ou umbanda que foram depredados e proibidos de funcionar.

Propõe-se também que o professor trabalhe com as seguintes questões em sala de aula: (1) O que caracteriza um território?; (2) É possível diferenciar o território das cidades feudais do território das favelas; (3) Quem exerce o poder soberano nas cidades feudais? (4) Quem exerce o poder soberano nas favelas?; (5) Como a arrecadação de tributos se relaciona à formação das cidades capitalistas?; (6) Como era exercido o controle religioso das cidades feudais? E como ocorre nas favelas?; (7) Qual o lugar de fala do favelado?; (8) Como as mídias alternativas podem contribuir na formatação de uma outra realidade das favelas?; (9) Como as estratégias utilizadas pelo tráfico contribuem para a manutenção de poder desses grupos?; (10) Como esses territórios contribuem para a formação de um aglomerado de exclusão? Esses podem ser alguns questionamentos e reflexões que podem ser levantadas aos estudantes a partir das referências trabalhadas ao longo deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das favelas pode ser percebido através da paisagem, carregada de significados de acordo com o olhar do observador, dos lugares de vivência comuns no cotidiano dos moradores, na identidade cultural, ou seja, o que torna as favelas lugares diferenciados e/ou marginalizados e da consciência social do que é ser morador de favela.

Entende-se que cada indivíduo detém poder, o qual pode ser transferido ou cedido a outros. Analisamos que nos territórios dominados por facções criminosas, os moradores cedem seu poder de expressar sua religião de forma impositiva, pois há territórios que não

permitem exercer determinada religião, como por exemplo, o candomblé. O ir e vir dos moradores também é regulado, pois nesses territórios só é permitida a entrada de pessoas que residem nesses locais ou que entrem com algum morador local. Com isso, entendemos que a soberania política, dessas facções está relacionada com o poder de cada indivíduo, ou seja, cada indivíduo cede parte do seu poder político, corroborando para o poder dominador das facções sobre os territórios.

A partir das leituras realizadas para a confecção deste trabalho entende-se que, os aglomerados humanos de exclusão são marcados espacialmente por uma ilógica e/ou confusa condição territorial. Por meio desta ausência de lógica, os indivíduos desses espaços entendem e vivem a lógica imposta por quem domina o espaço no momento. A lógica das favelas é baseada de acordo com a organização criminosa dominante. Esta organização estabelece as regras, as quais não estão baseadas nas leis civis que regem o Município do Rio de Janeiro. São regras ou leis de opressão, controle do território e submissão social, política e econômica.

O controle das facções criminosas nas favelas cariocas pode ser analisado como ferramenta de opressão e é profícua a reflexão de tal situação no ambiente escolar, valorizando o lugar de fala de professores ou alunos moradores das favelas. Os indivíduos que moram nestes lugares, estão submetidos diariamente a violência com a qual esse grupos utilizam para manter seus domínios, seja contra o Estado, seja através da presença da polícia, ou seja, contra outras facções.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, MICHEL, **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de

in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: Entre Saberes e Práticas. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

Ribeiro D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras; 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VILELA, Lima Carolina, AAbordagem Regional como Tradição do Currículo da Geografia Escolar. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V.3, N. 5, P. 31 - 41, Jan./Jun. 2016.